



### Dos revolucionários da Rotunda à Ditadura dos provisórios

1910

*Se considerarmos, a título de exemplo, as revoluções do século XX, será forçoso reconhecer que, com toda a evidência, as revoluções portuguesa e turca são burguesas. Mas nem uma nem outra são "populares", pois a massa do povo, a sua imensa maioria, não intervém de uma forma visível, activa, autónoma, com as suas reivindicações económicas e políticas próprias, nem numa nem na outra destas revoluções*  
(Lenine)

*Se a República não foi feita pela Maçonaria, o foi certamente por maçons...foi a Carbonária que determinou a Revolução...A política deve ser a aplicação da moral*  
(Sebastião de Magalhães Lima)

*Que me importa a província? Que importa mesmo o Porto! A República fazemo-la depois pelo telégrafo*  
(João Chagas)

● **A Revolução do Zé Povinho** – É em 5 de Outubro de 1910 que nos chega a messiânica República, essa procura de conciliação do *nobre Zé povinho* com a *alma nacional*, quando um pequeno núcleo de carbonários, instalado na Rotunda, consegue ocupar o vazio defensivo do aparelho militar e policial do situacionismo, que se acusa de energeticamente reaccionário. E tudo acontece de modo bem diverso do que fora ensaiado pela *sargentada* de 31 de Janeiro de 1891, no Porto, quando a monarquia era gerida pelos *avançados* da Liga Liberal. Assim, *a monarquia portuguesa foi derrubada por dois regimentos, dois cruzadores e uma mão-cheia de civis* (Fernando Pessoa). Aliás, *bastou o estrondo para abalar a monarquia*, porque *uma só companhia da Guarda Municipal, que se lançou corajosamente sobre o acampamento, destroçaria completamente a insurreição* como Raúl Brandão salienta. Para Teixeira de Pascoaes, foi a saudade, o desejo da coisa ou criatura amada, tomado dolorido pela ausência, que animou a *alma popular no dia 5 de Outubro...essa última esperança que não devemos deixar morrer*. Já o então almeidista Alfredo Pimenta observava que *no dia 5 de Outubro começou a haver a nação republicana, com todas as suas correntes de ideias e sentimentos. O Partido Republicano fundiu-se na Nação, desapareceu para dar lugar à nação legalmente republicana*. Porque o país inteiro, desde as mais altas figuras do Exército e da Armada até aos mais rudes campônios do Minho e Trás-os-Montes, aceitou o que uns centos de revoltosos quiseram fazer e sancionou, pelo menos tacitamente, a obra desses revooaltosos. É que *a monarquia não lhe deixava saudades, porque a monarquia fora a preponderância de oligarquias políticas, absorventes, tiranizantes e desmoralizadoras – impedindo o desenvolvimento das energias nacionais e o acesso dos verdadeiros valores da Nação*. Mas se se fez a República, esta não passava de mero formalismo político (de simples negação, por assim dizer, da monarquia e do clericalismo) sem conteúdo concreto reformador na economia e na educação (António Sérgio). Com efeito, segundo o inventário demolidor de Costa Brochado, *o liberalismo deu-nos, em 90 anos, 6 Monarcas e três Regências, uma chefia de Estado em cada década, por conseguinte; 142 governos, passando, portanto, de*

*governo e meio por ano; 42 Paramentos, dos quais 35 foram dissolvidos, violentamente; 31 ditaduras, significando que o liberalismo viveu um terço da sua existência fora da normalidade; e 51 revoluções, pronunciamentos, golpes de Estado, sedições, etc.*

● **Um povo analfabeto e agrícola.** O país tem então 5 423 123 habitantes no Continente e Ilhas, com 78,6% de analfabetos. Nas mulheres, a percentagem sobe para 81,2%, com 90% nas aldeias e 75% nas cidades. Segundo o censo de 1911, há ainda 3 178 665 pessoas vivendo de trabalhos agrícolas, contra 357 090 do comércio, 198 751 dos transportes e comunicações e 1 186 842 das indústrias. Nas profissões liberais, incluindo o sacerdócio, 105 441; nas forças armadas, 77 163; no funcionalismo, 53 727. Se 190 814 são pessoas que vivem dos rendimentos, 48 174 dependem de trabalhos domésticos. Por outras palavras, ainda somos um *país essencialmente agrícola*, onde a chamada província contrasta com o país da capital e das grandes cidades. Com efeito, face a três milhões e cem mil rurais, considerados por Oliveira Marques como *uma massa amorfa ... reduzida à condição servil e praticamente colonizada, clerical e supersticiosa na sua maioria, presa fácil da influência do padre, do senhor da terra, do cacique político e do demagogo*, ergue-se a dinâmica de cerca de 800 000 burgueses, um terço dos quais situados em Lisboa e no Porto, onde domina uma classe média pequeno-burguesa, nesse *país de pequenos e médios proprietários*, nessa *pátria dos donos de tendas e fabriquetas, que proliferavam por toda a parte*.

● **O filme visível da Revolução** – Chega a Lisboa o presidente do Brasil, Hermes da Fonseca (1 de Outubro).

● Governo de Teixeira de Sousa manda retirar os navios de guerra para Cascais, até 4 de Outubro. Cândido dos Reis promove, entretanto, uma reunião com representantes do directório do PRP, com a Carbonária, a Marinha e elementos do Exército, decidindo marcar-se a revolta para a noite seguinte, com a oposição dos membros do directório e de vários oficiais moderados. Segue-se reunião de confirmação dos pormenores do movimento na sede do PRP, com a Carbonária, Sá Cardoso e Hélder Ribeiro, ficando combinado que, após a eventual vitória do movimento, o comando do poder supremo seria transferido para o partido (2 de Outubro).

● No dia 3, é assassinado Miguel Bombarda, cerca das 11 horas, em Rilhafoles. O acto é executado por um antigo doente, Aparício Rebelo, oficial do Exército. *Espalha-se na cidade que foram os padres que instigaram um tenente a assassiná-lo. É falso, mas há correrias no Rossio e o "Portugal" foi apedrejado* (Raúl Brandão). Mal a notícia circula, surgem manifestações espontâneas de solidariedade com os republicanos.

● Às 15 horas o coronel Morais Sarmiento comunica a Teixeira de Sousa suspeita de levantamento revolucionário. O presidente do ministério leva o facto ao conhecimento

do juiz de instrução criminal, enquanto na tarde deste dia centenas de carbonários vão buscar armas e bombas à sede do próprio PRP, situada no Largo de São Carlos, quase vizinha do Governo Civil.

● Às 17 horas Augusto Vasconcelos, que operara Miguel Bombarda, comunica a morte deste a Teixeira de Sousa, que vai ao hospital de S. José homenagear o falecido.

● Às 19 horas e 30 minutos o chefe do governo regressa a casa e tenta comunicar com as forças policiais, determinando uma mais rigorosa prevenção das unidades. Mas não consegue contactar os chefes das mesmas, dado que eles tinham ido para o Palácio de Belém, a fim de assistirem a um jantar de homenagem ao presidente do Brasil, Hermes da Fonseca. Comunica as suspeitas pelo telefone à rainha D. Amélia que se encontra no Palácio da Pena em Sintra e vai para Belém, a fim de prevenir o rei e os ministros.

● O jantar termina às 21 horas e 30 minutos. O rei retira-se para as Necessidades. D. Afonso, para Cascais. D. Amélia e D. Maria Pia estão em Sintra.

● Às 19 horas e 30 minutos João Chagas e José Barbosa, depois de uma reunião na administração das *Cartas Políticas*, na rua do Arco da Bandeira, vão jantar à Charcutaria Suíça e, depois, dirigem-se para a última reunião dos revolucionários, no estabelecimento dos Banhos de São Paulo,

para onde se mobilizam Eusébio Leão, Afonso Costa, António José de Almeida, José Relvas, Inocêncio Camacho, José Barbosa, João Chagas, Marinha de Campos, Celestino Steffanina e António Maria da Silva. Isto é, toda a movimentação externa do processo conspiratório se desenrola em plena superfície visível do centro da capital, apesar de se fazerem as ligações através do subsolo maçónico, enquanto as lideranças monárquicas, presas nas teias protocolares das cerimónias de Estado, se vão passeando pela cidade e os membros da família real se dispersam pelos palácios dos arredores.

● Às 22 horas e 10 minutos, os chefes conspiradores ficam a saber que o Governo decretara o *estado de alerta*. Vinte minutos depois optam pela saída imediata do movimento revolucionário, dado já não poderem abandonar os civis que já estão na rua nem mandá-los regressar.

● Às 0 horas do dia 4, os carbonários, conforme o plano, vão para a rua, enquanto os elementos do directório se recolhem nos Banhos de São Paulo.



● Ao romper da manhã, António Maria de Azevedo Machado Santos (1875-1921) *atira-se ao portão de Infantaria 16*, onde já antes se haviam revoltado cerca de uma centena de rebeldes, conseguindo o controlo do quartel.

● Já antes se tinha insurgido o quartel de Artilharia 1, sob a liderança do capitão Afonso Palla. Falham, contudo, as previstas revoltas em Infantaria 5 e Cavalaria 5.

● Carbonários conseguem controlar o *Adamastor*, onde assume o comando o segundo-tenente José Mendes Cabeçadas Júnior (1883-1965), enquanto o *São Rafael* é assaltado pelo segundo tenente Tito de Morais.

● Amotina-se também o Quartel de Marinheiros, em Alcântara, graças à acção do primeiro-tenente Ladislau Pereira. Apenas fica por controlar o navio-almirante *Vasco da Gama*.

● Sai uma coluna de Artilharia 1, já comandada pelo capitão Sá Cardoso, para

ocupar o palácio das Necessidades. Depois de ser atacada pela Guarda Municipal na Rua Ferreira Borges, recua, mas consegue juntar-se, no Largo do Rato, à coluna de comandada pelo capitão Palla. Ambas tentam dirigir-se para o quartel do Carmo, mas são obrigadas a recuar na Rua Alexandre Herculano, face à pressão da Guarda Municipal. Conseguem, contudo, resistir, graças à ajuda dos bombistas anarquistas.

● Depois de saberem que Caçadores 5 e Infantaria 5 não tinham aderido, decidem dirigir-se para a Rotunda, barricando-se. Chega, então, Machado Santos que, depois de tentar cair sobre o Rossio, recua. Entretanto, outra coluna revoltosa, comandada pelo tenente Ladislau Parreira, sai do Quartel de Marinheiros para também atacar o Palácio das Necessidades, mas, da mesma forma, é obrigada a recuar face ao confronto com tropas de Infantaria 1 e Cavalaria 4. No entanto, estas últimas sofrem um desaire quando são atacadas à bomba por civis. A partir de então o Exército decide deixar de patrulhar as ruas de Lisboa, dado que a Polícia que deixara tal tarefa ao Exército. Isto é, o situacionismo monárquico deixa nas ruas um vazio de vigilância que lhe será fatal.

● Às 5 horas, os revoltosos, liderados por Palla, Sá Cardoso e Machado Santos estão confinados à Rotunda. Às 6 horas, os chefes republicanos, reunidos nos Banhos de S. Paulo, optam por não avançar com o movimento revolucionário, decisão que vai, aliás, levar o indigitado chefe militar do movimento, o almirante Cândido dos Reis, que sofria de grave depressão nervosa, a pôr termo à vida.

● Às 8 horas aí chega a notícia do acto de desespero cometido por Cândido dos Reis em Arroios e apenas permanecem firmes na intenção golpista cerca de quinhentos revolucionários e, *entre eles, populares esfarrapados, galegos e mulheres da feira de Agosto* (Raúl Brandão). Há, ao todo, nesse quadrado de heróica teimosia, cem praças, 50 civis armados e 5 canhões.

● Às 9 horas sai de Queluz o Grupo de Artilharia a Cavalos, talvez a única força militar disposta a defender a monarquia, através de uma necessária atitude de quebra do núcleo central dos revoltosos. O respectivo comandante, Paiva Couceiro, que

estava a veranejar em Cascais, prefere não ser Pilatos e vem imediatamente assumir a respectiva missão. Mesmo sem conseguir o adequado apoio de forças de infantaria, mostra-se disposta a jugular o grupo da Rotunda.

- Às 9 horas e 30 minutos, os oficiais do exército liderados por Sá Cardoso, depois da reunião de um conselho na própria Rotunda, decidem sair do local, desmobilizando a revolta.

- Machado Santos, que não é convocado para tal reunião, opta por permanecer e fica condenado a assumir o comando, sendo apenas assistido por oito sargentos. Declara, então, preferir a morte à derrota.

- Ligeira trégua leva a que vários populares acorram à Rotunda, onde se faz uma espécie de romaria revolucionária. Outros descem até ao Rossio para *fraternizar* com as tropas defensoras da monarquia. Forças de Paiva Couceiro chegam, entretanto, à colina da Penitenciária e começam a bombardear a Rotunda. E, nesse momento, ficam frente a frente duas generosidades românticas, dois portugueses antigos, de *antes quebrar que torcer*, que os permanentes situacionismos vão qualificar como excêntricos, marginais, radicais e mal-amados, acabando por condená-los à cadeia, ao exílio ou à morte.



- Às 15 horas depois de um intenso duelo de artilharia, as forças de Queluz retiram para o Toren e, depois, descem para o Rossio, onde está a principal força defensora da monarquia, constituída pela Infantaria 5.

- Às 18 horas um cruzador abre fogo contra o Arsenal e o Terreiro do Paço. Outro vaso de guerra coloca-se frente às Necessidades e bombardeia o Paço.

- Às 21 horas e 30 minutos, já há um duelo de artilharia entre as forças defensoras da monarquia, sitas no Rossio, e o S. *Rafael*.

- Às 22 horas, o navio-almirante *D. Carlos* cai na posse dos republicanos, comandados pelo segundo-tenente José Carlos da Maia. *Toda a noite ouço o estampido brutal do canhão... De manhã as tropas do Rossio rendem-se e os marinheiros desembarcam na Alfândega. As ruas acham-se repletas de gente que se abraça. O júbilo é indescritível* (Raúl Brandão).

- No dia 5, às 6 horas da madrugada, oficiais de Infantaria 5 que estão no Rossio declaram ao Quartel-General que não se opõem a um desembarque de marinheiros no Terreiro do Paço.

- Às 6 horas e 30 minutos, os oficiais de Caçadores 5 seguem tal atitude capitulacionista. Couceiro é o único que resiste e, já sem munições, está encravado entre o fogo dos navios no Tejo e a artilharia da Rotunda.

- Às 8 horas, o caricato precipita a verdade, quando o encarregado de negócios da Alemanha, depois de autorização dos dois contadores, vai de bandeira branca, evacuar os compatriotas das áreas em confronto, sinal que os defensores da monarquia no Rossio entendem como a rendição, todos largando vivas à República. Do lado da Rotunda, é intermediário António Maria da Silva.

- Às 8 horas e 30 minutos iça-se uma bandeira republicana no castelo de S. Jorge. Dez minutos antes as forças fiéis ao regime monárquico rendem-se no Rossio.

- Segundo Teixeira de Sousa, o vencido: *Justiça a quem se deve: Machado Santos ficou, salvando a Revolução e depondo o antigo regime. Bastou-lhe ficar, para a guarnição de Lisboa aderir... Estava por assim dizer sitiado, sustentando a defesa contra os sitiados. Não pôde deslocar-se, na sua situação de sitiado. Renderam-se... os sitiados!*

- A população está em delírio. *Os membros do directório foram às 8, 40 para a Câmara Municipal, onde proclamaram a República com as aclamações entusiásticas do povo* (Raúl Brandão).

- A maior parte dos oficiais do Exército não quer lutar, ou faz mera resistência simbólica, embora também não tenha aderido. Fica em situação técnica de empate.

- Há 72 mortos, dos quais apenas 18 são militares e, destes, quase todos entre os defensores da monarquia.



• Às 9 horas, Eusébio Leão<sup>2</sup>, que vai assumir as funções de governador civil da capital, proclama solenemente a república na varanda dos paços do concelho de Lisboa. Acompanham-no José Relvas, Malva do Vale, Inocêncio Camacho, Marinha de Campos, José Barbosa e Ribeiro de Carvalho.

• A notícia será transmitida por *telégrafo* para o resto do país, a não ser em Loures onde, de forma selvagem, a república tinha sido proclamada na véspera. Como depois vai dizer Ramalho Ortigão, *o povo gosta, o povo exulta, o povo rejubila. Há trezentos anos que estão à espera de um D. Sebastião.*

• O rei D. Manuel e os seus familiares mais directos vão para Mafra e daí se dirigem à praia da Ericeira, onde embarcam no iate *Amélia*, vindo de Cascais, onde embarcava D. Afonso. Apesar de alguns pensarem que o navio se dirigiria para o Porto, a decisão final acaba por remetê-los para Gibraltar. Onde, depois vão para Plymouth, onde chegam a 14 de Outubro. O jovem rei deixa carta onde proclama: *reconheço as instituições que o Povo reconhecer.* Só a avó, D. Maria Pia, volta a Itália, onde falecerá em 5 de Julho de 1911.



• **Um verdadeiro cataclismo** – *Deu-se aqui um verdadeiro cataclismo. Cai numa manhã uma tradição de sete séculos, sacudida por um estremecimento social que só tem equivalente num tremor de terra. Rolou por terra um trono, sob uma chuva de granadas, e um rei espavorido tomou o caminho do exílio, num batel de pescadores. Tudo o que fazia a sua onipotência cai com ele e foi subvertido – a corte, a nobreza, o governo, o parlamento, o seu palácio e a sua guarda (João Chagas).*

• **Constituição do governo provisório.** Machado Santos depressa vai para a oposição, sendo apoiado pelos republicanos históricos do Porto (5 de Outubro).

• **A energia e os indolentes** – Fialho de Almeida, em 1 de Novembro de 1910, já observa que o 5 de Outubro é *o primeiro acto de um drama cuja acção nem sequer ainda se esboçou. Porque só idiotas e ingénuos irão supor que três dias de descargas regeneram povos indolentes e tardos, integrando-lhes aptidões de iniciativa, de trabalho e correcção moral.*

• **Um bambúrrio** – A implantação da república *foi um bambúrrio, diz-se. Mas não se esqueçam de que tudo estava preparado por dentro para esse bambúrrio... bastou o estrondo para desabar o trono (Raúl Brandão).*

• **Governo n.º 56 (5 de Outubro) Governo Provisório** (334 dias). Sob a presidência de Joaquim Teófilo Braga, mobiliza António José de Almeida, no interior, Afonso Costa, na justiça, António Xavier Correia Barreto (1853-1939) na guerra, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes (1853-1928), na marinha,

Bernardino Luís Machado Guimarães, nos estrangeiros, e o advogado do Porto António Luís Gomes (1863-1961), futuro reitor da Universidade do Porto, em 1921-1924, no fomento, substituído em 22 de Novembro por Manuel Brito Camacho, enquanto José Relvas assume as finanças a partir de 12 de Outubro, depois da recusa de Basílio Teles (1856-1923).

●Proclamada a **República no Porto**, onde Paulo Falcão assume as funções de governador civil (6 de Outubro). Já em Lisboa, *andam bandos pelas ruas. Alguns esfarrapados guardam os bancos de clavina ao ombro. Toda a gente aceita o facto consumado. O comandante da Guarda Municipal submeteu-se. Aderiu a Polícia. Ressano Garcia aderiu. Já há Governo Provisório*(Raul Brandão).

●Em Moçambique o novo regime é proclamado por Freire de Andrade e, em Angola, por Alves Roçadas.

●Decretada a liberdade para os presos pertencentes a associações secretas (7 de Outubro). Há *farrapos de tropas comandados por tenentes; soldados a cavalo entre magotes de povo...entusiasmo, bandeiras hasteadas, exclamações, palavras, gritos, e aqui e ali alguns padres entre escoltas a caminho da prisão* (Raul Brandão).

●**Regresso do Marquês e do mata-frades** – Reposta em vigor a legislação pombalista de 3 de Setembro de 1759 e de 28 de Agosto de 1767 sobre a expulsão dos jesuítas, bem como a legislação de 28 de Maio de 1834 que extinguiu as casas religiosas e todas as ordens regulares. Se este último decreto não expulsava as ordens religiosas femininas, o novo decreto abrange-as quando torna nulo o decreto de 18 de Abril de 1901. O diploma de 8 de Outubro foi mantido pelo nº 12 do artigo 3º da Constituição de 1911.

●**Contra o clericalismo e a reacção** – No entanto, Afonso Costa logo proclama que *o governo da república respeita a religião de cada cidadão, como mero caso de consciência contra o qual ninguém pode atentar e só procede contra o clericalismo e contra a reacção por serem contrários à liberdade humana, à paz e à ordem social.*

●**A necessidade de uma ditadura revolucionária** – Na manhã de 8 de

Outubro, Basílio Teles entrega a Teófilo Braga uma *summula de decretos*, visando a instauração de uma *ditadura revolucionária*, porque, conforme Joel Serrão, *a democracia com que sonhou só seria possível com um povo diferente do que existia: alfabetizado, educado, pronto a sacrificar-se em prol do comum e da Pátria.*

●**Jobs for the boys** – Raúl Brandão conversa com José de Azevedo e este antigo ministro da monarquia considera que *uma revolução que atirasse com o excesso de funcionalismo à rua e que reformasse o Exército, que nos leva 11 000 contos, ainda faria alguma coisa, mas eles têm de acolher toda a gente e de contar com o Exército.* Observa: *não há nada que chegue a estes momentos históricos em que o fundo dos fundos se agita e remexe, para cada um se avaliar e saber o que vale uma alma...*



●**Conflitos entre os republicanos** – Seguem-se imediatamente conflitos entre os provisórios e os membros do directório do Partido Republicano (12 de Outubro). O grupo dominante no governo tem a liderança de Afonso Costa e Bernardino Machado. Outra é a postura do directório onde dominam José Relvas, Inocêncio Camacho, Eusébio Leão e José Barbosa, e o grupo de *A Luta*, com Brito Camacho, João Duarte de Meneses e Tomé de Barros Queirós (12 de Outubro).

●Também os republicanos históricos do Porto, ligados ao 31 de Janeiro de 1891, exigem a imediata eleição de uma assembleia constituinte, afrontando especialmente Afonso Costa.

●Em 12 de Outubro, o grupo afonsista até é acusado de ligação aos monárquicos. O jornal *O País* fala em Afonso Costa e Bernardino Machado como os *amigos de Teixeira de Sousa e de José Alpoim.*

●Surge, entretanto, o jornal diário *A República Portuguesa* defende a *ditadura*

*revolucionária*, criticando os *provisórios* e os *adesivos*. Reúne antigos grevistas de 1907, como Manuel Bravo, Tomás da Fonseca<sup>2</sup>, Santiago Prezado, Alfredo Pimenta, Luís da Câmara Reis, Francisco Pulido Valente, Alberto Xavier e Lopes de Oliveira (14 de Outubro).

●Em 23 de Novembro, manifestação de apoio ao directório do partido republicano, em Lisboa, no Largo de S. Carlos, com críticas aos *provisórios*.

●**Defesa das cores azuis e brancas** – A partir de Barca de Alva, Guerra Junqueiro envia um parecer onde defende a manutenção da bandeira azul e branca: *a bandeira nacional é a idealidade dum raça, a alma dum povo traduzida em cor. O branco simboliza inocência, candura unânime, pureza virgem. No azul há céu e mar, imensidade, bondade infinita, alegria simples. O fundo da alma portuguesa, visto com os olhos, é azul e branco*. Chega a considerar que a bandeira encarnada e verde, arvorada no 31 de Janeiro de 1891 e que aparece em todas as janelas, numa atitude defendida por Teófilo Braga e Columbano, *é uma bandeira de pretos*. Consta que o conselho ministros optou pelo azul e branco, mas que os carbonários se opuseram (12 de Outubro). No sentido do verde-rubro, opta uma comissão composta por Afonso Palla, Abel Botelho, João Chagas, Columbano e Ladislau Parreira e, no dia 1 de Dezembro é inaugurado solenemente o novo símbolo nacional, embora tenha desaparecido a divisa *Ordem e Trabalho*, de 1891.

●Em 13 de Outubro de 1910 já estão **presos 128 padres** em Caxias, visitados pessoalmente por Afonso Costa. Nesses dias são assassinados dois padres lazaristas, na residência de Arroios. O jornal *A Palavra* protesta contra a infâmia transmitida por muitos jornais que *continuam a afirmar que algumas religiosas capturadas nos últimos dias se tornaram mães já depois de presas* (12 de Outubro).

●**Contra os adesivos** – Em *A Luta*, Brito Camacho diz que a República não pode ser a monarquia com outro nome, numa campanha contra os chamados *adesivos*, ou *judeus-novos da República*, denunciando-se particularmente os antigos apoiantes de Teixeira de Sousa e de José

Maria de Alpoim, que apareciam ligados a Afonso Costa. Continua uma série de artigos neste tom, especialmente em 20, 22, 23 e 25 de Outubro. No dia 23 chega a perguntar se não é necessária outra revolução. Ao mesmo tempo, defende que se mantenha intacto o directório do partido republicano, para garantir o regime, contrariando deste modo as posições de *O Mundo*, defensor da realização do congresso do partido, com renovação do directório (14 de Outubro).

●**O milagre da multiplicação dos republicanos** – Segundo Ramalho Ortigão, *na manhã gloriosa de 5 de Outubro os combatentes da Rotunda fizeram o balanço dos riscos, dos sacrifícios, das perdas sofridas durante as jornadas bélicas que acabavam de viver. E verificaram doloridos que, dos quinhentos que haviam iniciado a revolta, já só restavam ... cinco mil*.

●**Lista de alguns adesivos** – Os adesivos vêm de todos os antigos partidos monárquicos. Na primeira fila estão os dissidentes progressistas, como Abel Botelho, Caeiro da Matta, Joaquim Pedro Martins, Francisco Fernandes, viscondes do Ameal e de Pedralva, Levy Marques da Costa, José Barbosa de Magalhães, que leva com ele a estrutura de Aveiro, Mota Veiga, com sua gente de Seia, e Egas Moniz, com os apoiantes que tem em Estarreja.

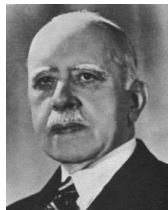
●**Dos regeneradores**, destaca-se a máquina de apoio a Teixeira de Sousa, principalmente em Trás-os-Montes. Refiram-se, nestes, as viagens de Ernesto de Vilhena (filho de Júlio de Vilhena), Arantes Pedroso, Ernesto Júlio Navarro (filho de Emídio Navarro), Jaime de Sousa, Nicolau de Mesquita (antigo governador de Vila Real), Artur Augusto da Costa (irmão de Afonso Costa), Júlio Ribeiro e Melo Barreto.

●**Dos franquistas**, vêm o general José Morais Sarmiento, ex-ministro da guerra, o tenente-coronel Alfredo Freire de Andrade, ex-governador de Moçambique, Teixeira de Vasconcelos, ex-governador civil do Porto, Leote do Rego, Oliveira Muzanty, governador da Guiné, José Norton de Matos, Daniel Rodrigues, Melo

Leote, Alfredo Rodrigues Gaspar, Vitorino Guimarães e Abel Fontoura.

●Raros são os **henriquistas** que aderem e poucos os **progressistas**, sendo, contudo, significativas as passagens de Augusto de Castro,

Júlio Dantas<sup>☞</sup> (dito *Júlio dantes monárquico*), conde de Agueda, José Catanho de Meneses, Basílio Cerveira de Albuquerque e Henrique Lopes de Mendonça, autor da letra de *A Portuguesa*.



●Jornal *O Mundo*, na sua edição do dia 26, trata mesmo de elogiar **Alpoim** pelos serviços prestados à revolução em 28 de Janeiro de 1908 (26 de Outubro).

●O adesivismo atinge figuras clericais, como o secretário do patriarca de Lisboa, Joaquim Martins Pontes, o prior de Benfica, Sousa Azevedo, e, sobretudo, o padre Lourenço de Matos, antigo director do jornal *Portugal*. Outros destacados camaleões são António Joaquim de Sousa Júnior, Eduardo Lima Basto, Augusto Eduardo Neuparth, José Sobral Cid, Alfredo Lisboa de Lima, Eduardo de Sousa Monteiro, João de Almeida Lima, Fredrico Ferreira de Simas, Vitorino Guimarães, João da Silva Martins.

●**Caciques pintados de vermelho** – Brito Camacho em *A Luta* considera que os monárquicos se preparam para *pintar de vermelho os seus caciques* (27 de Outubro).

●**Não peçam empregos** – Segundo Raúl Brandão, *na botica do Chiado onde se costumam reunir vários republicanos amigos do dr. Camacho vê-se um letreiro na parede recomendando que não peçam empregos*. Isto é, menos de um mês volvido sobre a queda do regime, a lógica dos aparelhos partidários, principalmente a necessidade que têm as notabilidades locais de manterem o poder, invocando oleadas comunicações com a capital, acaba por superar os princípios e a lealdade básica face a um regime, em nome da obediência à abstracção estadual e principalmente face à rede de fidelidades pessoais típicas de uma legitimidade

política neo-feudal, onde até nem vale a pena procurar uma justificação maçónica. A cena, contudo, repetir-se-á, embora em sentido contrário, com o 28 de Maio de 1926 e não deixará se praticar-se com o 25 de Abril de 1974.

●**Jornais monárquicos** –Nesse dia, os jornalistas franquistas Álvaro Pinheiro Chagas, Aníbal Soares e Joaquim Leitão começam a publicar o *Correio da Manhã*, declarando assumir-se como os representantes das *classes conservadoras*.

●**Nós não aderimos** – António Cabral, o lucianista, em *O Liberal*, publica o artigo *Os Aderentes* criticando os que *faziam zumbaias à Monarquia e lhe chupavam, com ânsia, aas encorreadas tetas, para, depois, se afincarem, vigorosamente, às roupagens vermelhas da república e lhe estenderem para os seios tímidos, pujantes, os beijos ávidos e sôfregos...Nós não aderimos. Ficamos onde estamos...* (3 de Novembro). Criticava especialmente o padre Lourenço Matos, director do *Portugal*

●**Acato e retiro** – Jacinto Cândido observa então: *não adiro, não conspiro, acato e retiro*, mas, muito à maneira dos jesuítas, apela a um correlegionário: *o único caminho a seguir era o de ir formar, sem mais delongas, a extrema direita do Partido Republicano*.

●**Universidade positivista** – Incidentes na Universidade de Coimbra, quando são vaiados lentes monárquicos e é destruída a sala dos Capelos, sendo baleados os retratos dos dois últimos reis. Dão-se vivas à *universidade livre* contra a *universidade fradesca*, numa movimentação promovida pela chamada *Falange Demagógica*, dirigida pelo futuro professor Aurélio Quintanilha (17 de Outubro).

●**Arriaga, reitor**. Manuel de Arriaga nomeado reitor da Universidade de Coimbra. No discurso de posse, anuncia a extinção da Faculdade de Teologia e a abolição dos juramentos religiosos, bem como um ensino *sem Deus e sem Rei*, invocando todo um programático positivista (19 de Outubro). Contra o modelo, vai reagir Paulo Merêa<sup>☞</sup> (1889-1977) que, na conferência,





*Idealismo e o Direito* onde defende uma filosofia crítica, anti-intelectualista, pluralista e eminentemente humana. Suprimida a Faculdade de Teologia (23 de Outubro). No mesmo dia, abolido o foro académico e o uso de capa e batina tornou-se facultativo. Extinta a 11ª cadeira da Faculdade de Direito, a de *direito eclesiástico*, surgindo nesse lugar a de *sociologia criminal e direito penal* (14 de Novembro).

● **Desclericalização** – Proibido o juramento religioso nos actos civis, *para satisfazer o sentimento liberal e as aspirações dos sentimentos republicanos da nação portuguesa* (18 de Outubro). Suspensão do bispo de Beja, D. Sebastião Leite de Vasconcelos (21 de Outubro). Havia fugido para Espanha, porque ameaçado de morte. Será destituído em 18 de Abril de 1911. Suprimido o ensino da doutrina cristã nas escolas (22 de Outubro). Acabam os dias santificados que passam a ser considerados dias de trabalho, à excepção do domingo (26 de Outubro). Afonso Costa propõe em conselho de ministros que se divulguem os nomes e as notas biográficas dos 375 jesuítas que vivem em Portugal (11 de Novembro). As forças armadas são proibidas de participar em solenidades e cerimónias religiosas, a não ser para manter a ordem, depois de requisitadas por autoridades civis (28 de Novembro). Membros do clero deixam de poder exercer o ensino e não podem usar em público hábitos talaes, sob pena de prisão *por toda a pessoa do povo* (31 de Dezembro).

● **O povo ainda não está livre** – No jornal *Imparcial* surge uma entrevista de Guerra Junqueiro, então em Madrid, onde o poeta proclama que, apesar do *milagre da Rotunda*, onde *um povo paralítico há trinta séculos, ergueu-se poderoso porque tinha fé em Nossa Senhora da Liberdade ou da Pátria*, eis que *não obstante, o povo português, embora fora do cárcere, não está ainda livre. A liberdade não consiste em mover as pernas e os braços sem nada que os embarace, mas em possuir a consciência do dever e do direito. Para que este povo, que acaba de sair do cárcere, seja livre, terá de passar pelo*

*cadinho de três ou quatro gerações* (23 de Outubro).

● **Institucionalizações, prisões e animações** – Lei do Divórcio (3 de Novembro). Prisão de João Franco em Sintra. Salazar matricula-se na faculdade de direito de Coimbra (30 de Outubro). Em 31 de Outubro Magalhães Lima, grão-mestre da maçonaria, regressa a Lisboa, vindo de Paris, sendo aclamado por cerca de 100 000 pessoas. Chega a Lisboa o embaixador britânico, com manifestação de regozijo de cerca de 200 000 pessoas (10 de Novembro).

● **Mais conflitos intra-republicanos** – Surge o jornal diário *O Intransigente* de Machado Santos, dito *diário republicano radical*. Começa por proclamar-se órgão dos *verdadeiros carbonários*, visando combater os *provisórios* e os *adesivos*. Tem a colaboração de Basílio Teles, Sampaio Bruno e António Claro, autores de alguns dos editoriais que, depois, Machado Santos assinava (12 de Novembro). Segundo Cunha Leal, Machado Santos *tinha a República metida no corpo e na alma*, mas foi *centro de episódicas concentrações de individualidades*. Este grupo, que há-de lançar um *Manifesto ao Eleitorado Português*, em 15 de Maio de 1911, há-de ser conhecido como *Partido Reformista*.

● **Manifestação de apoio ao directório** em Lisboa, no Largo de S. Carlos. Discursos de Eusébio Leão e Malva do Vale. Aparecem Machado Santos, Ladislau Parreira, Vasconcelos e Sá, Sousa Dias e Tito de Morais. Críticas aos *provisórios* (23 de Novembro). *A Luta* propõe um banquete de *republicanos históricos*, respondendo a um convite de *O Mundo* para uma merenda, reunindo republicanos e dissidentes progressistas (23 de Novembro).

● **Greves para todos os gostos** – Em 16 de Novembro, comício no Rossio contra as greves, depois da que afectou os eléctricos de Lisboa. Protestos e manifestações de 4 000 sapateiros e padeiros, obrigando o governo a recorrer à Manutenção Militar, para abastecer a cidade de pão. Greve nos caminhos-de-ferro da Póvoa, no Porto. No dia 17, França Borges escreve um artigo no *Mundo*, dizendo *basta de greves*. Tinha havido 21 em

Outubro e 48 em Novembro. No dia 25, greve dos caminhos-de-ferro do Estado, nas linhas do Minho e Douro. Manifestação de caixeiros de Lisboa frente ao ministério do interior, protestando contra o horário de trabalho (27 de Novembro).

●**Entre a fealdade e o ridículo** – *Os adesivos todos os dias chegam nos comboios, com um tambor e uma bandeira vermelha, e vão em bicha cumprimentar o Governo. Andam magotes pelas ruas, andam meninas de vermelho e verde, andam homens atrás de uma música, cheios de entusiasmo, e andam esfarrapados, que levam presos para a Boa Hora, um jesuíta, um padre, um políticos... Há nestas manifestações, nesta farrapada, nestas charangas, nestas meninas dos quartos andares vestidas de República, uma mistura de fealdade e de ridículo, de aspiração e de sonho, que impressiona. Eles esperam – os que se bateram, os que guardaram os bancos, os*

*que se juntam nas ruas – que pelo poder mágico das palavras se inicie uma nova era de felicidade e de paz. Isto faz sorrir, e mete medo* (Raul Brandão, em 20 de Novembro).

●**Camacho, greves e lock out** – Regulamento da greve e do *lock out*, da autoria de Brito Camacho: *garantido aos operários, bem como aos patrões o direito de se coligarem para cessação simultânea do trabalho* (6 de Dezembro). O diploma é inspirado na legislação espanhola e os sindicalistas logo lhe chamam o *decreto burla*. Não tarda que o ministro em causa tente assumir-se como o conciliador dos conflitos sociais, recebendo inúmeras comissões de trabalhadores e deslocando-se ao terreno, para tentar impedir as greves

●**Começa a depuração política do Exército**, embora apenas sejam demitidos 30 oficiais, porque muitos decidem inscrever-se nas folhas de adesão à República (Dezembro)

☞ Baptista, Jacinto (1983): 20, 106; Brandão, Raul, (1925) II: 19, 20, 21, 25, 28, 35, 37, 38, 39, 43, 45, 51, 52, 66, 67; (III): 40, 41, 42, 43, 51; Brochado, Costa (1959): 86; Cabral, António (1949): 157, 177; Cruz, Manuel Braga da: 243; Leal, Francisco da Cunha (1966), II: 78, 79; Lima, Sebastião de Magalhães (I): 214, 217; Lopes, Fernando Farelo (1994): 42; Lourenço, Joaquim Maria (1943): 96, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107; Marques, A. H. Oliveira (1991), XI, p. 264; Oliveira, Miguel: 68, 377; Ortigão, Ramalho (VII): 183, 184; Pessoa, Fernando (1978): 372; Ramos, Rui: 441, 443, 445, 446, 448, 458, 459, 539; Relvas, José (I): 173; Ribeiro, Ângelo (1945): 453, 454, 468, 472, 475; Sérgio, António (1929): 144; Sousa, António Teixeira de, II: 346; Valente, Vasco Pulido (1976): 109, 110, 112, 127, 129;

●**Política externa** – O novo regime tem uma elite que sabe muito bem o que é a política internacional. Basta recordar que antes de desencadeado o golpe de 5 de Outubro, um golpe mais que previsível tanto no plano doméstico como no das chancelarias europeias, o directório do partido enviou emissários formais aos países da *balança da Europa* mais influentes em Portugal, dos quais se destacam o grão-mestre Magalhães Lima e José Relvas. Todos sabiam que os franceses sempre simpatizariam com os seus seguidores dilectos, pelo que importa apenas conquistar a não hostilidade dos britânicos e a garantia de não intervenção espanhola. Por outras palavras, Lisboa tem de saber jogar no triângulo Madrid-Paris-Londres, dado que nessa altura pouco interessa o Vaticano, Berlim está muito longe e o resto quase é paisagem. A nossa dimensão de potência secundária tem apenas que tratar das duas potências directoras da zona, constituídas em eixo franco-britânico, o único capaz de impedir a concretização dos seculares apetites castelhanos. Isto é, o processo pouco evoluíra relativamente ao conspecto pós-napoleónico. Compreende-se, pois, o afã dos primeiros tempos da República no sentido do reconhecimento internacional e até a atribuição de tais tarefas a uma das principais figuras do novo regime, Bernardino Machado, talvez o governante com melhor *curriculum* pessoal e político do novo regime, que findas as tarefas de ministro dos estrangeiros também passa para embaixador no Brasil. Como se compreende que o primeiro governo constitucional da República venha a ser chefiado pelo nosso embaixador em Paris, que chama para ministro dos estrangeiros o nosso embaixador em Madrid, naquilo que será conhecido como o *governo dos*

*embaixadores*. Aliás, quando Chagas, o tal embaixador em França, cai, sucede-lhe, como presidente do ministério, Vasconcelos, o tal embaixador em Espanha. E o modelo continua, dado que, caído Vasconcelos, lhe sucede Duarte Leite, futuro embaixador no Rio de Janeiro. Aliás, mesmo Afonso Costa, figura central da cena republicana, é um viajador frequente, sempre a caminho da Suíça, de Madrid ou de Paris, nos intervalos ou durante as funções governamentais, por prazer, por doenças e até por simples *tourisme*, como então se dizia. Para não falarmos de Sidónio Pais, que antes de conquistar o poder é embaixador em Berlim, ou em Manuel Teixeira Gomes (1860-1941) que assume a presidência a partir das funções de embaixador em Londres. Estes sinais curriculares demonstram como a República vive intensamente a política externa, embora convenha assinalar que todas as personalidades citadas não fazem parte da carreira diplomática. São políticos que exercem funções diplomáticas e que politizam, como se impõe, essas actividades. Até porque a questão republicana em Portugal tem uma dimensão efectivamente internacional, sobretudo pelo modelo de fraternidade maçónica que a assinala.

● **Um país centralizado** – Como observa Léon Poincard no relatório *Le Portugal Inconnu*, que havia sido promovido por D. Manuel II, Portugal é um país centralizado e *dans tout le pays centralisé, il suffit de mettre la main, par un mouvement hardi, sur les administrations centrales, pour dominer le pays tout entier, quelle que soit l'opinion de la majorité*. Acresce que, como observa o mesmo autor, num apêndice à tradução portuguesa da mesma obra, publicada em 1913, *no fundo, toda a gente estava cansada, não da monarquia, mas do regime político, melhor, da forma de governar, dum sistema velho, gasto, falso, venal, impotente, ao qual a monarquia servia de rótulo*. Assim, para seguirmos as palavras do jornalista Joaquim Leitão, *quem implantou a República em Portugal não foi o sr. Machado Santos. Foi o sistema Morse...*

● **Muda o regime, mas mantém-se o sistema político** – A República se, no plano nominal do *país político*, modifica as cúpulas do regime, mantém e agrava o sistema. Porque a instabilidade ministerial e a corrida do *poder pelo poder*, criticadas por João Chagas, nas suas *Cartas Políticas*, publicadas no crepúsculo da monarquia, vão perdurar e até agravar-se depois de 1910. O que este autor escrevia em 21 de Dezembro de 1908 marca a maior parte do tempo que se estende de 5 de Outubro de 1910 a 28 de Maio de 1926: *a instabilidade ministerial é sempre uma causa de inquietação da sociedade. É o poder vago, é a ausência de unidade na obra da administração, é uma sobreexcitação permanente de paixões, são as instituições abaladas por sucessivos conflitos*. Porque os políticos promovem o advento de tantos Ministérios quantos sejam necessários para que eles governem, e não esperam um dia, não esperam uma hora, nem mesmo que esses sejam o último dia e a última hora das Instituições. *O poder em mãos alheias é ideia que não suportam, e ambicionam-no, disputam-no ainda que não seja senão para receber o seu último alento*. Aliás, como salienta Carlos Malheiro Dias, logo em 1912, *mechanicamente, o regimen é o mesmo, dado funcionar com as mesmas engrenagens políticas*. Não passa daquilo que Antero de Quental considerava como uma daquelas *repúblicas de facto, produzidas pela força das coisas, e aceites mais como uma resultante fatal dos interesses e dos partidos num certo momento, do que com uma solução racional dada aos problemas políticos pela consciência dos povos e em plena inteligência e liberdade*.

● **O republicanismo como mero projecto de contra-sociedade** – O novo regime não segue o conselho de Basílio Teles que pretendia um intervalo de *ditadura revolucionária*, capaz de marcar a aurora de um novo tempo. Aliás, os republicanos até não têm uma ideia clara das modificações a introduzir. Afonso Augusto Falcão Cota de Bourbon e Meneses (n. 1890) interroga-se mesmo: *Como vai ser a República? Não se sabe. O que é preciso é fazê-la*. Porque os criadores do regime, os históricos republicanos da época da propaganda, dessa verborreia de destruição criadora, se ainda assumiam, com clareza, um projecto de *contra-sociedade*, contra o rei, os padres e os partidos monárquicos, poucas ideias construtivas e mobilizadoras possuíam, para além de um vago programa de serviço militar obrigatório ou de extinção do corpo diplomático.

● **Construtivismo, centralização e macrocefalia** – Utilizando os instrumentos da centralização e da macrocefalia, o novo regime, depois de instaurado na região de Lisboa, é propagado à

provincia, primeiro, pelo *telégrafo* e, depois, através de uma administração napoleónica, sistematicamente mantida e desenvolvida pelo liberalismo monárquico, para os governos ganharem eleições. O modelo da *subversão a partir do aparelho de Estado* (Mário Sottomayor Cardia) marca o ritmo de todas as nossas alterações revolucionárias do século XX. Aliás, o construtivismo dos republicanos atinge as raízes do paradoxal. João Chagas em 12 de Abril de 1909 chega mesmo a observar que *o povo não está feito. É fazê-lo. Não é ressuscitá-lo. Ele nunca existiu. Na realidade é dar-lhe nascimento e mostrá-lo à própria nação assombrada, como um homem novo e sem precedentes*. Assim, os republicanos, marcados pelo gnosticismo positivista lançam, sobre um povo marcado pela *fertilidade messiânica*, a ilusão do *dia seguinte* à partida dos Braganças. Como se, através de um passe de magia pudesse surgir um novo Portugal. Os novos nomes podem não inovar as coisas nomeadas, porque as ideologias passam e as culturas ficam e, para, efectivamente, se mudar, importa ir ao fundo das almas, através de um sonho mobilizador, aliado a uma adequada sementeira educativa, como o assumiram os republicanos do saudosismo e do criacionismo, bem como os seareiros da pedagogia militante.

● **Uma historiografia de guerra civil** – Acontece apenas que a historiografia deste século insiste em fazer do 5 de Outubro um marco que terá estabelecido um novo tempo, graças a uma espécie de poder de nomeação que, mudando as designações e os símbolos institucionais, a golpes de martelo e de decreto, não alterou as fundações culturais e populares em que o mesmo assentava. Primeiro, porque a propaganda salazarista diabolizou o período; segundo, porque, em regime de legítima defesa, a historiografia reviralhista e antifascista trata de fazer história como campo de batalha, quando não como *a luta de classes na teoria*. E os dois irmãos inimigos acabam por mitificar o período.

● **Hiper-informação** – A história da Primeira República sofre também dos chamados efeitos da hiper-informação. Com efeito, cada pequeno facto histórico de tal período é imediatamente registado pelos inúmeros jornais diários da época, onde os jornalistas se assumem sempre como uma espécie de historiadores, pelo que, de tantas árvores, folhas e silvados, quase se torna difícil notar a floresta. Há, assim, uma abundância de relatos jornalísticos, pelo que não pode visionar-se tal regime sem *micro-história*, e até sem *petites histoires*, onde os inúmeros nomes dos sucessivos actores quase nos fazem perder em banalidades. Ora, ninguém pode viajar em tal época saltando de ramo em ramo, de analítico em analítico, sem uma visão de conjunto. Porque quem quer ter autonomia crítica, não pode ser seguidista face a outras visões de conjunto comprometidas com determinadas leituras interessadas, ou facciosamente anacrónicas. Mas, mesmo quando geniais jornalistas se envolvem em importantes e imaginativos historiadores, como, por exemplo, aconteceu a Rocha Martins, pode falhar a detecção das grandes correntes de ideias e de vulgatas que, no subsolo, dão lastro à sucessão dos acontecimentos.

● **Terrorismo de Estado e clientelismo**. O novo regime não deixa de utilizar os métodos clássicos do terrorismo de Estado e, logo no primeiro ano, os cárceres enchem-se com cerca de 3 500 prisioneiros políticos, ao mesmo tempo que emigram cerca de 2 000 quadros. Enquanto isto, a grande massa da população também insiste em partir, sobretudo para o Brasil (entre 1910 e 1914 saíram 300 000 pessoas para as terras de Santa Cruz, isto é, 10% da população dos distritos a Norte de Coimbra). Da mesma forma, se recorre ao aumento dos funcionários públicos (os 15 000 de 1900 já eram 30 000 em 1930). Cresce também o número dos estudantes liceais (10 640 em 1909 e 12 604 em 1925) e, sobretudo, dos universitários (1 212 em 1911; 3 073 em 1915; 4 117 em 1925). Até porque passam a ser titulados como *dr.* todos os que concluem um curso superior, enquanto se cria uma categoria nova de professores universitários, os *assistentes*, impedindo o imediato acesso à categoria de *lente*, como até então sucedia. Isto é, tenta manter-se o modelo da antiga elite clerical, embora se aumentem os buracos de acesso a tal casta do supremo poder. E porque falham as boas intenções dos pedagogos republicanos, o hibridismo gerado acaba por conduzir tal doutrinário dos novos clérigos ao balofo do regime dos catedráticos, onde os Avelino Calisto acabam por sanear os Egas Moniz.

● **O inferno das boas intenções** Nenhum destes efeitos era, certamente, pretendido pelos republicanos e talvez eles tivessem sido acirrados pela reacção dos adversários do regime. Mas de *boas intenções* sempre esteve o *inferno cheio*, pelo que importa atender aos factos e não aos discursos. Porque, como dizia Ramalho Ortigão, *em todas as revoluções vitoriosas há uma*

*parte que vinga para a posteridade e uma parte que se desconta nas restaurações subsequentes. O que vinga é o fruto da razão ou a forçadas coisas. O que se desconta num retrocesso proporcional é a obra da paixão, do sacrifício, do entusiasmo partidário.* Entre as boas intenções da propaganda republicana durante a monarquia e a prática republicana há uma enorme distância provocada pelas circunstâncias. Não há dúvida que, em termos de forma do poder, o novo regime se assume como uma república demo-liberal de marca parlamentarista, mas, a nível da prática, essa semente doutrinária nunca deixa de ser marcada por um modelo genésico de *ditadura revolucionária*. Tal como aconteceu aos primeiros tempos do pedrismo depois de 1834, ao modelo setembrista de Passos Manuel, ou até ao que podia ter sido a *república nova* de Sidónio Pais. Trata-se, contudo, de uma ditadura messiânica, com um estilo bem diverso de anteriores ditaduras correctivas invocando a luta contra a decadência dos regimes donde brotam, como foram as de Costa Cabral e de João Franco e como tentará assumir-se a de Pimenta de Castro.

● **Um regime pioneiro** – O jovem regime português é efectivamente pioneiro: nada mais, nada menos que o terceiro regime republicano da Europa, depois do francês e do suíço, modelos que até invoca em muitos projectos, mas onde predomina um evidente galicismo ideológico, de marca positivista. Aliás, as suas principais bandeiras de combate, para além do anti-monarquismo, são, sobretudo, o anti-congreganismo, depressa convertido em mero anticlericalismo, quando não em ilusório anti-religiosismo.

● **Sede do poder** – O principal reservatório do poder do novo regime não se vai situar junto do presidente da república ou da chefia do governo, mas antes no quase partido único da nova situação e, dentro deste, menos no directório formal e mais nas forças que efectivamente controlam o processo de implantação do regime e que conseguem estabelecer canais de comunicação entre o partido, as elites conformadas pela maçonaria, e a força mobilizadora das acções de rua, capitaneadas pelos grupos maçónicos irregulares da Carbonária, essa *patriótica associação de parvos e de odiosos* (Fernando Pessoa). Neste sentido, estas duas facetas da Maçonaria revelar-se-ão fundamentais, permitindo a emergência liderante de Afonso Costa, o qual consegue bem oleadas comunicações com Magalhães Lima e com António Maria da Silva e Luz de Almeida. Tem assim acesso ao controlo do processo de expansão do grupo pela província, de comando dos fazedores de opinião, onde se destaca o jornal *O Mundo*, e de capacidade para acções de rua.

● **Tropa** – Esta central de controlo também actua a nível das forças armadas, onde a maçonaria republicana dispõe do grupo da *Jovem Turquia* que vai controlar imediatamente o ministério da guerra e, conseqüentemente, o processo de reestruturação do exército.

● **Governo provisório** – O governo provisório tem efectiva força. Nomeia governadores civis que, por sua vez, geram as câmaras municipais e as outras estruturas administrativas locais. Molda a nova arquitectura jurídica do Estado, principalmente as relações com a Igreja. Cria e saneia funcionários. E faz eleições.

● **Os tumultos** – Os tumultos, fruto da instabilidade e da impossibilidade de realização do sonho programático republicano, constituem uma constante do período. Aliás, o regime nasce de um tumulto carbonário, após este ter conseguido controlar, manobrar e manipular a política de rua. Do mesmo modo, a ascensão do partido democrático, ou afonsista, a força dominante do regime passa também pelas provas dadas no mesmo domínio da rua, pelo que a respectiva queda e posterior decadência é provocada pela circunstância de o mesmo ter deixado de dominar o tumultuário, já em concorrência com os radicais republicanos e com os anarco-sindicalistas. Só que dois três anos depois da instauração do regime, a chamada à rua dos manifestantes deixa de fazer-se pelos motivos tradicionais de dominante anticlerical ou de luta de facções e passa a ser marcada pelas revoltas dos abastecimentos e pela questão das subsistências, pela luta contra a carestia da vida e pelo desemprego e por causa das greves. E todos os grupos republicanos se dão mal com esta emergência, principalmente quando a mesma passa a assumir laivos de terrorismo urbano, com atentados e sucessivos ataques bombistas.

● **Uma sucessão de actos revolucionários** – Os dezasseis anos do novo regime são assinalados por uma sucessão de actos revolucionários, sediciosos, pronunciamentos, golpismos, intencionas, inventonas, efectivas ou potenciais, quando não inventadas, fabricadas ou organizadas pelos que

os queriam reprimir antes delas saírem do ovo. A I República fornece, com efeito, exemplos para quase todos os tipos de golpismos insertos nos manuais, desde os que ocorrem sem efusão de sangue aos que atingem o nível do morticínio. O único tipo que não se encontra é o de guerra civil, dado que os mais duradouros pouco se estendem para além de uma semana e são quase sempre localizados em determinadas zonas do país. Destes actos revolucionários conseguidos, destacam-se o 5 de Outubro de 1910, o 14 de Maio de 1915, o 5 de Dezembro de 1917, a escalada de Monsanto de 24 de Janeiro de 1919 e o 19 de Outubro de 1921. Qualquer deles leva a significativas alterações de poder, provocando um *day after*, onde as forças derrotadas acabam eliminadas pela nova situação. Há incursões vindas de um país estrangeiro, as duas invasões de Paiva Couceiro, por vezes acompanhadas de sublevações internas, não faltando as episódicas guerrilhas vendeianas, embora episódicas. Há, sobretudo, o regresso às *pavorosas*, às notícias que apavoram, por difundirem boatos de revolta, e às *inventonas*, esses fantasmas de movimentações violentas, semeadas pelos inimigos e até pelos fantasmas, com os congreganistas a falarem nos jacobinos e estes, na reacção, antes de chegarem os comunistas e os fascistas, num ambiente que até propicia a instalação de um *museu da revolução*, como, depois, será erecto um *museu da república e da resistência*.

● **Pessoal político** – Uma última palavra sobre o pessoal político que serve de actor principal a todo este processo. Afonso Costa, António José de Almeida, Brito Camacho, Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, João Chagas, Bernardino Machado, Sidónio Pais, António Maria da Silva e Machado Santos são os actores principais, produto de uma determinada geração, a que se seguem, alguns mais novos, como Álvaro de Castro, Cunha Leal, António Granjo e José Domingues dos Santos. Mas outros actores secundários, importa assinalar como Magalhães Lima, José Relvas, Manuel Teixeira Gomes, Norton de Matos, Tamagnini Barbosa (1883-1948), Egas Moniz, Sá Cardoso, Alexandre Braga, Duarte Leite, Domingos Pereira, Vitorino Guimarães e Barros Queirós, bem como outros figurantes como Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, José de Castro, Fernandes Costa, Liberato Pinto, Manuel Maria Coelho, Maia Pinto, António Maria Baptista (1866-1920) e Rodrigues Gaspar. Um lote não muito extenso, onde se incluem os presidentes da república, os chefes do governo, os líderes de partido e de facção e os principais ministros. Uma dezena de actores principais, com dois ou três protagonistas e duas a três dezenas de actores secundários, onde dominam os juristas e os militares, acompanhados por alguns médicos, engenheiros e professores universitários. Apenas dois teriam direito a serem figuras grandes, embora não originais, da cultura portuguesa, independentemente das actividades políticas. Todos são *bem intencionados*, mas nenhum é marcado pela criatividade. Aliás, dói sentirmos o que muitos deles disseram uns dos outros, de como foram incapazes de constituírem equipas, gerando tribos de seguidores secundaríssimos e banais, quase *jagunços*. Apesar de tudo, despertam importantes adesões, e, sobretudo, uma linha de entusiasmo que acaba frustrada. E isto porque, conforme a definição de Guerra Junqueiro, o partido republicano era *composto sobretudo de pequenos burgueses da capital, adstritos ao sedentarismo do metro e da balança, gente de balcão, não de barricada, com um estado maior pacífico e desconexo de velhos doutrinários, moços positivistas, românticos, jacobinos e declamadores, homens de boa fé, alguns de valia, mas nenhum a valer*.